



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-030

Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173 www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS – IAB

PROPOSTA DE INDICAÇÃO 041.2022

Ilmo. Sr. Presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros, Dr. Sydney Limeira Sanches

Ementa: Emenda à Constituição 39/2021, que altera o artigo 105 da Constituição Federal, a fim de ampliar os filtros para os recursos especiais dirigidos ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). A partir dessa alteração, impõe-se ao recorrente a demonstração da relevância das questões infraconstitucionais discutidas no recurso, sob pena de não conhecimento, a ressaltar, ainda, algumas hipóteses em que essa relevância se mostra presumida.

Palavras-Chave: Recurso especial. Requisitos de admissibilidade. Superior Tribunal de Justiça. Função constitucional de uniformização da jurisprudência. PEC da Relevância.



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-030

Tel.: (21) 2240-3921 / 2240-3173 www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

A Emenda à Constituição 39/2021, denominada “PEC da Relevância”, positiva um filtro constitucional para os recursos especiais destinados ao Superior Tribunal de Justiça, que condiciona o seu conhecimento à demonstração, pelo recorrente, de que a discussão veiculada no recurso se mostra relevante.

De acordo com a alteração promovida pela PEC, o órgão competente para julgamento do recurso, antes da análise do seu mérito, deverá se debruçar sobre “*a relevância das questões de direito federal infraconstitucional discutidas no caso*”, cuja comprovação incumbe ao recorrente. Acaso dois terços dos membros do órgão competente não vislumbrem essa relevância, subjetiva e não definida pela Emenda, não se conhecerá do recurso.

A Emenda ainda prevê hipóteses em que a relevância se mostra presumida, como nos casos que tratam de (i) ações penais; (ii) ações de improbidade administrativa; (iii) ações cujo valor de causa ultrapasse 500 (quinhentos) salários-mínimos; (iv) ações que possam gerar inelegibilidade; e (v) hipóteses em que o acórdão recorrido contrariar jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.

Ressalva-se, ainda, que outras hipóteses de presunção legal podem ser previstas pelo legislador ordinário, o que contribuiria para a concretização do acesso à justiça.

De modo a dirimir, desde logo, questões relativas à aplicação da norma no tempo, consignou-se que somente se exigirá a demonstração da relevância nos recursos especiais interpostos após a entrada em vigor da Emenda Constitucional, a possibilitar, ainda, que a parte atualize o valor da causa.

A partir dessas alterações, justificadas pelo grande número de demandas submetidas ao Superior Tribunal de Justiça que tratam de questões restritas ao interesse



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-030

Tel.: (21) 2240-3921 / 2240-3173 www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

das partes processuais, alega-se permitir que a Corte concentre os seus esforços no objetivo de uniformizar a interpretação da legislação federal, o que constitui a sua função precípua e constitucionalmente prevista.

Por outro lado, críticos à Emenda receiam que a sua promulgação dificulte o acesso à justiça, sobretudo aos mais vulneráveis, porquanto questões corriqueiras e de menor expressão financeira podem ser consideradas irrelevantes para os fins do recurso especial.

Teme-se, também, que a medida constitua mais uma ferramenta a fortalecer a “jurisprudência defensiva”, dificultando, ainda mais, a análise, pelo STJ, do mérito dos recursos especiais interpostos.

Dessa forma, considerando a grande repercussão dessa Emenda Constitucional para o ordenamento jurídico brasileiro, sobretudo sob a perspectiva do Processo Civil, faz-se fundamental que o Instituto dos Advogados Brasileiros elabore um estudo mais aprofundado sobre as suas nuances e consequências.

Rio de Janeiro, 18 de julho de 2022.

IVAN NUNES FERREIRA

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE PROCESSO CIVIL



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-030

Tel.: (21) 2240-3921 / 2240-3173 www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br